

de Uzawa Hirofumi (1928); dos valores sociais e crescimento industrial de Murakami Yasusuke (1931); da sociedade formada por redes de informações de Imai Kenichi (1931); e, finalmente, da tecnologia e o pensamento econômico de Sawa Takamitsu (1942).

Antes de terminar esta resenha, que a quantidade e importância dos assuntos e autores relatados por si só justificam a leitura do livro por todos os estudiosos do Japão, especialmente os das áreas de Economia e Administração e os de Ciências Políticas e Sociologia, resta-nos sugerir à editora Routledge, que já publicou a história econômica da Austrália, da Suécia e do Canadá; a publicação da história econômica do Brasil. É óbvio que a publicação de tal obra só pode ser realizada após sua produção e, assim sendo, resta-nos o seguinte questionamento: é a história econômica brasileira pouco interessante que não merece ser estudada ou são nossos cientistas sociais pouco interessados que não estão preocupados com nossa história econômica? □



O FIM DA HISTÓRIA: DE HEGEL A FUKUYAMA

de FRANCIS FUKUYAMA

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 145 p.

■ Por **Rosa Maria Vieira**, Professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV.

Em 1989, Francis Fukuyama, funcionário do departamento de Estado norte-americano, publicou em Washington o ensaio *The End of History?*, transformado, três anos depois, no livro *The End of History and Last Man* que, logo a seguir, também foi editado no Brasil (*O Fim da História e o Último Homem*, Rocco, 1992).

Valendo-se da interpretação de Hegel feita por Alexandre Kojève, Fukuyama defende a tese de que a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo e, mais contemporaneamente, sobre o comunismo. Vitorioso na Europa e, agora, em expansão pela Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan), este regime se estenderá, mais cedo ou mais tarde, a todos os povos civilizados, após a eliminação dos resíduos de passado histórico, localizados nas regiões subdesenvolvidas do Terceiro Mundo: nacionalismos e fundamentalismos impregnados de toxinas ideológicas e tensões étnico-políticas. Mais do que propriamente término dos conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história representa, na realidade, o esgotamento de qualquer possibilidade alternativa para o capitalismo e suas manifestações democrático-liberais.

Obviamente a finitude da história humana tem custos: ideais heróicos dissipados na monotonia rotineira de comprar, consumir e votar, a arte e a filosofia definidas e a imaginação política e moral substituídas pela razão pragmática dos cálculos técnicos. Mas, em compensação, estão abertos, em definitivo, os horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico.

Por se tratar de uma variante otimista e claramente política do discurso filosófico do fim da história, cuja tradição remonta ao final do século XVIII, a concepção de Fukuyama ganhou ampla difusão na mídia, numa estratégia de *marketing*, que o transformou num dos mais divulgados ideólogos neoconservadores da atualidade.

Mas a controvérsia pública gerada pela idéias de Fukuyama seguiu de perto a amplitude de sua divulgação: por motivos diversos, sociais-democratas, comunistas e mesmo alguns liberais e conservadores criticaram e rejeitaram suas teses. No âmbito da esquerda destacou-se, particularmente, Perry Anderson, antigo editor da prestigiada *New Left Review*, com o livro *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*, lançado no Brasil, em 1992, por Jorge Zahar Editor.

Para Anderson, a versão de Fukuyama do fim da história, apesar de ser produto atual da crise da URSS e do colapso do Leste Europeu, tem atrás de si uma "substancial e intrincada história" um *background* intelectual, cujo desvendamento esclarece as questões políticas embutidas nesta concepção. Por isto, nos três primeiros capítulos do livro, faz um levantamento das diferentes versões do fim da história elaboradas a partir de Hegel, um dos principais avalistas filosóficos invocados por Fukuyama.

Tendo sempre como contraponto a vertente hegeliana do final do século XVIII, Perry Anderson analisa as idéias de teóricos como Antoine-Augustin Cournot, o pioneiro da moderna teoria do preço: Alexandre Kojève, a segunda declarada inspiração de Fuku-

yama, e, finalmente, um conjunto de pensadores contemporâneos como Henri de Man, Arnold Gehlen e Jürgen Habermas.

Rastreada a "intrincada história" existente atrás da versão de Fukuyama, Anderson procura mostrar como os legados de Hegel e Kojève aí se combinaram de modo original. De Hegel vieram dois elementos: "o constitucionalismo da *Rechtsphilosophie*" e o "otimismo de sua concepção do próprio fim como concretização da liberdade na terra". De Kojève, "o sentido de centralidade do hedonismo do moderno consumo, e da caducidade da significação tradicional do Estado Nacional". Em resumo, uma síntese onde se reuniram "a democracia liberal e a prosperidade capitalista num enfático nó terminal" (p. 81-82).

Segundo Anderson, a concepção de evolução humana de Fukuyama "exibe direcionalidade por causa do avanço cumulativo do conhecimento técnico", impulsionado a partir do nascimento da ciência moderna. A razão científica obrigaria, com o tempo, todos os Estados a modernizarem-se, caso quisessem sobreviver às pressões dos mais adiantados tecnologicamente e "a abrir horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico para a satisfação de necessidades materiais".

Impondo a racionalização do trabalho e da administração, a ciência, de acordo com Fukuyama, elevou os padrões de vida a níveis antes inimagináveis, criando "uma economia industrial madura", selecionando "o capitalismo como o único sistema eficiente – porque competitivo – para elevar a produtividade dentro de uma divisão global de trabalho" (p. 94-95).

Apesar de reconhecer que uma economia capitalista bem-sucedida não garante necessariamente a democracia política, Fukuyama, conforme observa Anderson, vê a revolução liberal varrendo o globo e tornando irresistível a força de seus princípios. A demonstração empírica desta assertiva estaria no colapso de tantas ditaduras no mundo inteiro, de modo que a "democracia liberal subsiste como a única aspiração coerente que abarca diferentes regiões e culturas em todo o globo", não se podendo "imaginar para nós próprios um mundo essencialmente diferente do atual (...) democrático e capitalista" (p. 97).

Anderson dedica-se longamente ao desmonte desta argumentação demonstrando seus limites, contradições e implicações ideológicas. Basta aqui, entretanto, seu questionamento quanto à projeção de um futuro taiwanês ou coreano para todo o mundo subdesenvolvido. Segundo ele, mesmo supondo-se que o crescimento de Taiwan (cujas rendas *per capita*, entretanto, é apenas a metade da norte-americana) possa tornar-se corriqueiro para o Terceiro Mundo, não existe qualquer possibilidade real de reprodução dos modelos de consumo das áreas desenvolvidas. O estilo de vida dos cidadãos do Primeiro Mundo depende necessariamente de sua restrição a uma minoria privilegiada.

"Se todas as pessoas da Terra possuísem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global de capital, o privilégio de uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável. Menos de um quarto da população do mundo detém atualmente 85% da renda mundial, e a diferença entre as participações das zonas avançadas e atrasadas ampliou-se ainda mais nos últimos cinquenta anos. (...) Nos anos 80, mais de 800 milhões de pessoas – mais do que as populações da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão somadas – tornaram-se ainda mais excruciantemente pobres, e uma a cada três crianças passava fome" (p. 110).

Por isso, talvez, nem mesmo Fukuyama conceba as relações entre "a zona pós-histórica de um afortunado capitalismo liberal" e "a zona de infortúnio ainda enredada na história" de forma harmoniosa. Prevendo colisões sugere, profilaticamente, a salvaguarda dos fornecimentos de petróleo, a filtragem da imigração dos miseráveis para os países ricos e o bloqueio da tecnologia avançada, notadamente, a bélica nuclear.

Para Perry Anderson, entretanto, não é suficiente mostrar que a tese de Fukuyama atenua ou ignora os defeitos da ordem dominada pelo capitalismo liberal para reprová-la. É necessário indicar uma alternativa possível, digna de crédito. A partir daqui seu livro sofre uma inflexão, pois não se detém mais na avaliação das diferentes versões do fim da história ou na polêmica frontal com Fukuyama. Fazendo coro com os intelectuais de tradição marxista, que não identificam na crise do Leste a derrocada do socialismo, no capítulo final, analisa a situação contemporânea da teoria socialista e as perspectivas de se enfrentar com êxito, a partir desta ótica, os problemas reais do mundo atual.

Munido das referências de alguns paradigmas da cultura de esquerda e considerando que "o estreitamento dos vínculos da ordem capitalista mundial está fadado, de qualquer modo, a forçar as tremendas pressões de pobreza e exploração no Sul a repercutir pela primeira vez no próprio Norte", criando-se "uma nova agenda internacional para a reconstrução nacional", Perry Anderson acredita que o socialismo, capaz de equacionar as tensões e os conflitos, seria "redimido como legítimo programa para um mundo mais igual e mais habitável" (p.42).

Pela importância e atualidade das questões tratadas, pelo caráter e amplitude da abordagem, o livro de Perry Anderson é leitura obrigatória para quem pretende se aproximar da polêmica quanto ao caráter do devir histórico contemporâneo e do sentido da pretensão hegemônica do pensamento neoliberal, que apresenta a humanidade atual como negação das possibilidades de transformações radicais do mundo capitalista. □